



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS**  
**FUNDO DO SERVIÇO MILITAR**

**Relatório de Gestão do exercício de 2013**

**BRASÍLIA - 2014**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS  
FUNDO DO SERVIÇO MILITAR**

**Relatório de Gestão do exercício de 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da Portaria do TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno.

**Unidade Jurisdicionada: Fundo do Serviço Militar**

**BRASÍLIA – 2014**

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO.....</b>	<b>5</b>
1.1	Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	5
1.2	Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	5
1.3	Organograma Funcional.....	6
<b>2</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>3</b>	<b>PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....</b>	<b>7</b>
3.1	Planejamento da Unidade.....	7
3.2	Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.....	9
3.2.1	Objetivo.....	9
3.2.1.1	Análise situacional.....	9
3.2.2	Ações.....	9
3.2.2.1	Análise situacional.....	10
3.3	Informações sobre outros resultados da gestão.....	10
<b>4</b>	<b>ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....</b>	<b>11</b>
4.1	Avaliação do funcionamento dos Controles Internos.....	11
<b>5</b>	<b>TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....</b>	<b>12</b>
5.1	Execução das despesas.....	12
5.1.1	Programação.....	12
5.1.1.1	Análise Crítica.....	13
5.1.2	Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	13
5.1.3	Realização da Despesa.....	14
5.1.3.1	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários – Total.	14
5.1.3.2	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Totais.....	15
5.1.3.3	Análise crítica da realização da despesa.....	15
5.2	Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	16
5.2.1	Análise Crítica.....	16
<b>6</b>	<b>INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>16</b>
6.1	Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis.....	16
<b>7</b>	<b>OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ.....</b>	<b>17</b>
<b>8</b>	<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>17</b>

## LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1	Identificação da UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	5
Quadro A.2.1	Objetivo	9
Quadro A.2.2	Ações – OFSS	9
Quadro A.3.1	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	11
Quadro A.4.1	Programação de Despesas	12
Quadro A.4.2	Movimentação orçamentária Interna por Grupo de Despesa	13
Quadro A.4.3	Movimentação orçamentária Externa por Grupo de Despesa	13
Quadro A.4.4	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total	14
Quadro A.4.5	Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total	15
Quadro A.4.6	Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	16
Quadro A.5.1	Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada	16

## LISTA DE SIGLAS

### SIGLAS

- BB: Banco do Brasil
- BOL NEC: Boletim de Necessidades
- CEF: Caixa Econômica Federal
- CHELOG: Chefia de Logística
- CI/CDI: Certificado de Isenção / Certificado de Dispensa de Incorporação
- COMAR: Comando Aéreo Regional
- CS/CSFA: Comissão de Seleção / Comissão de Seleção de Forças Armadas
- CSF: Comissão de Seleção Fixa
- CSV: Comissão de Seleção Volante
- COLIC: Coordenação de Licitação
- DEORF: Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças
- DEADI: Departamento de Administração Interna
- DFM: Diretoria de Finanças da Marinha
- DGOM: Diretoria de Gestão Orçamentária da Marinha
- DISEMI: Divisão de Serviço Militar
- DIRAP: Diretoria de Administração do Pessoal
- DN: Distrito Naval
- DPMM: Diretoria de Pessoal Militar da Marinha
- DSM: Diretoria de Serviço Militar
- ECT: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
- EMCFA: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
- EXAR: Exercício da Apresentação da Reserva
- FSM: Fundo do Serviço Militar
- JSM: Junta de Serviço Militar
- LSM: Lei de Serviço Militar
- MFDV: Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários
- MD: Ministério da Defesa
- ODC: Outras Despesas de Capital
- OFOR: Órgãos de Formação da Reserva
- OSM: Órgãos de Serviço Militar
- PGC: Plano Geral de Convocação
- RLSM: Regulamento da Lei de Serviço Militar
- RM: Região Militar
- SECMIL: Seção de Coordenação da Mobilização Militar
- SECMOB: Seção de Mobilização Nacional
- SEF: Secretaria de Economia e Finanças
- SEFA: Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica
- SERMOB: Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar e Mobilização
- SESMIL: Seção de Serviço Militar
- SM: Serviço Militar
- SRD: Serviço de Recrutamento Distrital
- SUBAPS: Subchefia de Apoio a Sistemas de Cartografia, de Logística e de Mobilização
- SUBMOB: Subchefia de Mobilização
- SUBILOG: Subchefia de Integração Logística

# 1 IDENTIFICAÇÃO

## 1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

### QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa		Código SIORG: 041066	
Identificação da Unida Jurisdicionada			
Denominação Completa: Fundo do Serviço Militar (FSM)			
Denominação abreviada: FSM			
Código SIORG: 041066 (MD)		Código LOA: 52903	Código SIAFI: 113413
Natureza Jurídica: Contábil		CNPJ: 03566945000163	
Principal Atividade: Defesa		Código CNAE: 8422-1/00 (MD)	
Telefone/Fax de Contato:	(061) 3312-4280	(061) 3312-4281	(061) 3312-8750
Endereço eletrônico: <a href="mailto:sesmil@defesa.gov.br">sesmil@defesa.gov.br</a>			
Página na Internet: <a href="http://www.defesa.gov.br">www.defesa.gov.br</a>			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco “Q”, Sala 316, Plano Piloto, Brasília – DF, CEP 70049-900 – Brasília – DF.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 – Lei do Serviço Militar (LSM), que estabelece a natureza, a obrigatoriedade e a duração do Serviço Militar (SM).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto 57.654, de 20 de janeiro de 1966 – Regulamento da Lei do Serviço Militar (RLSM), que regulamenta as atividades de Serviço Militar.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Plano Geral de Convocação (PGC) de 2014			
Unidades Gestoras relacionadas às atividades à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
110404	Departamento de Administração Interna - DEADI		
772001	Diretoria de Gestão Orçamentária da Marinha - DGOM		
160509	Secretaria de Economia e Finanças - SEF		
120002	Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica - SEFA		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Gestão Tesouro		
Relacionamento entre unidade Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
113413		00001	

O Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013, aprovou a Estrutura Regimental e as atribuições do Ministério da Defesa, cabendo à Subchefia de Mobilização (SUBMOB) a administração do Fundo de Serviço Militar (FSM).

## 1.2 Finalidade e Competência Institucionais da Unidade

O Fundo do Serviço Militar, instituído pela Lei nº 4.375, Lei do Serviço Militar (LSM), de 17 de agosto de 1964 e regulamentado pelo Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, tem a finalidade de: prover os órgãos de Serviço Militar de meios que melhor lhes permitam cumprir suas finalidades; proporcionar fundos adicionais como reforço às verbas previstas e para socorrer a outras despesas relacionadas com a execução do Serviço Militar; permitir a melhoria das instalações e o provimento de material de instrução para os Órgãos de Formação de Reserva (OFOR) das

Forças Armadas, que não disponham de verbas próprias suficientes; e propiciar os recursos materiais para a criação de novos Órgãos de Formação de Reserva.

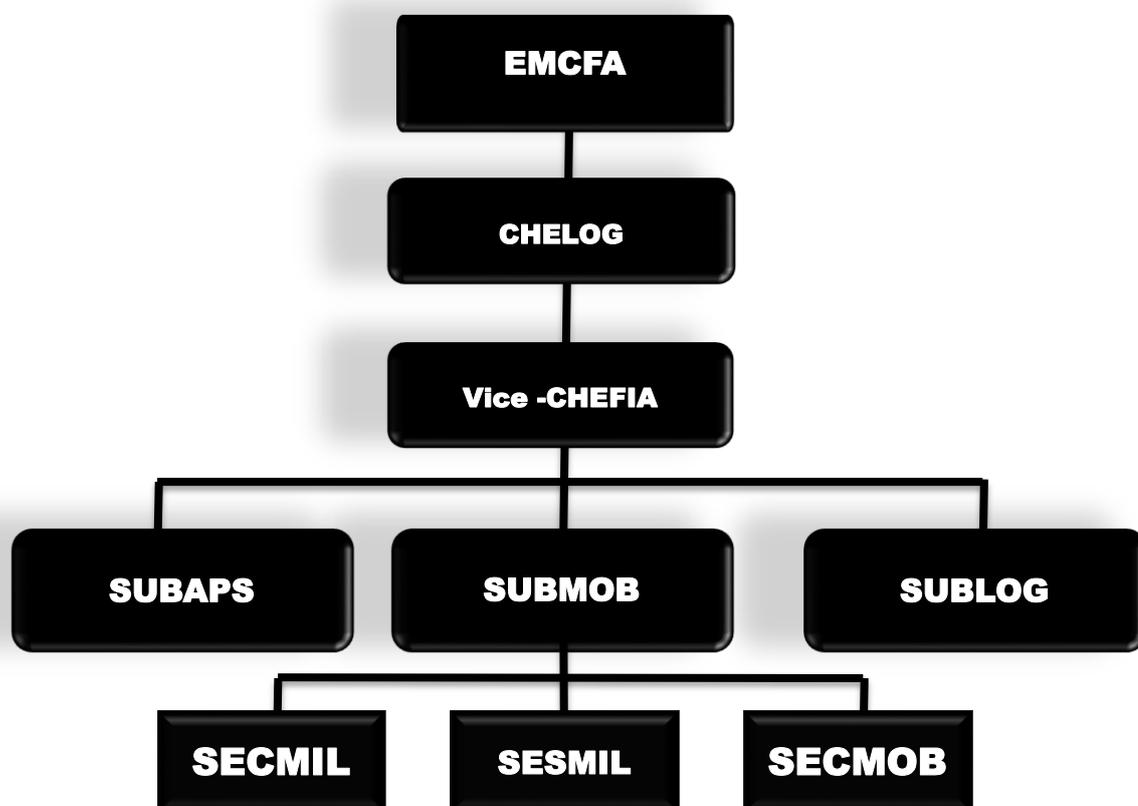
De acordo com a Estrutura Regimental do Ministério da Defesa (MD), em vigor no exercício de 2013, prevista no Decreto nº 7.794, de 1º de abril de 2013, cabe à Subchefia de Mobilização (SUBMOB) a competência institucional de administrar os recursos do FSM, os quais são provenientes da arrecadação das multas (Fonte 174) e da taxa militar (Fonte 175), previstas na LSM, e dos rendimentos de aplicações financeiras (Fonte 180).

Na mesma Estrutura Regimental compete ao Departamento de Administração Interna (DEADI) a gestão interna da administração central do MD, motivo pelo qual foram repassados recursos referentes à concessão de diárias e aquisição de passagens utilizados pelos integrantes da Subchefia de Mobilização e das Diretorias de Serviço Militar das Forças, em Visitas Técnicas de Serviço Militar e Reuniões de Coordenação de Serviço Militar, previamente programadas, realizadas nas sedes dos Distritos Navais (DN), das Regiões Militares (RM) e dos Comandos Aéreos Regionais (COMAR), como também Visitas de Estudos a nações amigas para conhecer a sistemática de recrutamento, colher subsídios e debater aspectos comuns relacionados ao SM dos dois países.

Os repasses efetuados aos Comandos das Forças ocorreram por intermédio de seus respectivos órgãos financeiros: Diretoria de Finanças na Marinha (DFM), Secretaria de Economia e Finanças no Exército (SEF) e Secretaria de Finanças da Aeronáutica (SEFA), os quais realizaram a distribuição dos recursos a serem aplicados por suas Organizações Militares.

### 1.3 Organograma Funcional

A Seção de Serviço Militar (SESMIL), responsável pela gestão do FSM, está subordinada à Subchefia de Mobilização, a quem compete a administração do Fundo do Serviço Militar, que, por sua vez, subordina-se à Chefia de Logística (CHELOG), do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), conforme organograma a seguir:



O Fundo do Serviço Militar, administrado pela SUBMOB/MD, realiza os repasses aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, por intermédio dos seus órgãos de finanças, respectivamente, Diretoria de Finanças na Marinha (DFM), Secretaria de Economia e Finanças no Exército (SEF) e Secretaria de Finanças da Aeronáutica (SEFA) e de órgãos de direção de Serviço Militar: Diretoria de Pessoal Militar da Marinha (DPMM), Diretoria de Serviço Militar (DSM), no Exército e Diretoria de Administração de Pessoal (DIRAP), na Aeronáutica.

São os seguintes os macroprocessos finalísticos relacionados ao Serviço Militar, passíveis de identificação:

- Finalísticos: alistamento (cerca de 2.000.000 jovens); seleção (600.000 jovens); distribuição (200.000 jovens); e incorporação (90.000 jovens).

- De apoio: gestão do FSM (recurso previsto na LOA).

## **2 INTRODUÇÃO**

O presente Relatório de Gestão aborda a execução física e financeira do FSM que se encontra inserido no Plano Plurianual (PPA), representado no orçamento pela Ação 2872 - Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório, pertencente ao Programa 2058 – Política Nacional de Defesa.

Os recursos do FSM alocados ao DEADI e aos Comandos das Forças destinaram-se a cumprir o previsto no Plano Geral de Convocação (PGC) de 2014, Portaria Normativa nº 98/MD, de 10 de janeiro de 2013, biênio 2013/2014, bem como cumprir as diretrizes contidas no Plano de Gestão de 2013, da SESMIL.

No exercício, as seguintes atividades constantes do planejamento foram realizadas: elaboração do Plano Geral de Convocação de 2015 e do Caderno de Atividades de 2014; análise de projetos-de-lei com implicações na LSM e RLSM; realização de campanhas publicitárias do SM; administração do FSM, incluindo a arrecadação das multas e da taxa militar; acompanhamento do processo de aumento do valor da taxa militar; promoção de 1 (uma) reunião de coordenação; realização de 05 (cinco) visitas técnicas de SM e 1 (uma) viagem de estudos (internacional) ao Peru; prorrogação dos Acordos de Cooperação (AC) do MD com os Correios e a Caixa Econômica.

O congelamento da Taxa Militar em R\$ 1,38, desde o ano 2000, tem a cada ano reduzido a arrecadação do financeiro, não possibilitando a total utilização dos créditos disponíveis na LOA.

A imposição de limites no uso de recursos do FSM em concessões de diárias e aquisições de passagens tem gerado restrições na execução das atividades do Sistema de SM.

Como Unidade Jurisdicionada, o FSM apresentará o Relatório de Gestão Individual.

De acordo com o previsto no Anexo II à DN TCU nº 127, de 15 Mai 2013, Conteúdo Geral do Relatório de Gestão, os itens a seguir relacionados não foram abordados no presente relatório por não se aplicarem à realidade da UJ:

4.2 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou de recursos.

9.1 – Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU.

9.2 – Tratamento de Recomendações do OCI.

11.3 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008; e

11.6 – Parecer de Auditoria Independente.

## **3 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS**

### **3.1 Planejamento da Unidade**

O Fundo do Serviço Militar além da finalidade constante na LSM e no RLSM, destina-se, também a complementar as dotações orçamentárias dos órgãos de Serviço Militar das Forças Armadas, provendo-os de meios que melhor lhes permitam cumprir suas finalidades. Para tanto, além do Plano Geral de Convocação, adotou como instrumento de planejamento institucional o documento intitulado PLANO DE GESTÃO 2013, elaborado pela Gerência da Seção de Serviço

Militar, aprovado pela Subchefia de Mobilização. Teve por objetivo apresentar a previsão das atividades de Serviço Militar a serem realizadas pela Seção de Serviço Militar, no exercício de 2013, e a sua inserção no planejamento da Mobilização Nacional.

As seguintes atividades foram planejadas para o exercício de 2013:

- Elaborar o Plano Geral de Convocação de 2015 e o Caderno de Atividades de 2014.
- Realizar a análise dos projetos-de-lei com implicações na LSM e seu Regulamento.
- Promover a divulgação do SM, realizando as campanhas publicitárias.
- Administrar o FSM, promovendo a arrecadação das multas e da taxa militar, realizando os repasses de recursos aos órgãos de serviço militar das Forças Armadas.
- Acompanhar o processo de aumento no valor da taxa militar.
- Realizar as Visitas Técnicas (VT) de SM nas guarnições de Corumbá e Ladário, Rio Branco e Porto Velho, Belém, Boa Vista e Curitiba.
- Realizar a Viagem de Estudos ao Peru, a fim de conhecer a sistemática de recrutamento e colher subsídios sobre o SM daquele país.
- Promover duas reuniões de coordenação de SM, no Rio de Janeiro e em Brasília.
- Prorrogar os AC com a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) para a arrecadação da taxa militar e das multas.

No tocante à administração do FSM, a Subchefia de Mobilização desenvolve sua competência por intermédio da Seção de Serviço Militar, e com a participação dos órgãos de direção do Serviço Militar das Forças: a DPMM (Marinha), a DSM (Exército) e a DIRAP (Aeronáutica).

Para atingir os objetivos constantes do PGC 2014, as seguintes estratégias de atuação foram desenvolvidas:

a. Na fase do alistamento militar

- melhoria nas condições de funcionamento das JSM;
- informatização de todas as JSM;
- capacitação dos funcionários das Prefeituras Municipais alocados às JSM;
- atualização do aplicativo utilizado no alistamento militar;
- atuar junto aos Presidentes das JSM (Prefeitos Municipais) para a melhoria das condições de funcionamento das Juntas;
- proporcionar aos jovens que se alistam um tratamento digno;
- dar continuidade ao Projeto-Piloto de Pré-alistamento pela internet;
- elaborar Termos Aditivos referentes aos Acordos de Cooperação com a CEF e a ECT;
- aos dispensados do SM, o fornecimento dos documentos comprobatórios (CI/CDI);
- manter o banco de dados atualizado; e
- reduzir o tempo de permanência nas Juntas.

b. Na fase da seleção geral

- melhoria das instalações das comissões de seleção (CS);
- atualização do aplicativo utilizado na seleção geral;
- atualização dos testes aplicados na seleção;
- acompanhamento dos índices de incapacitação física;
- manter o banco de dados atualizado; e
- capacitação dos militares integrantes das CS/CSFA.

c. Na fase da distribuição

- realizar a distribuição dos conscritos conforme as necessidades das Forças apresentadas no Boletim de Necessidades (Bol Nec), priorizando os órgãos de formação da reserva (OFOR), a Marinha, a Aeronáutica e o Exército.

d. Na fase da incorporação

- realizar a incorporação de acordo com o Boletim de Necessidades.

Possíveis riscos identificados no exercício e estratégias adotados:

- a restrição no uso de recursos do FSM (limites) em concessões de diárias e aquisições de passagens tem reduzido a fiscalização exercida pelas 309 Delegacias de Serviço Militar sobre as atividades desenvolvidas pelas 5.328 Juntas de Serviço Militar (JSM) e 60 Comissões de Seleção Volantes (CSV). Gestões, junto ao EMCFA, foram realizadas visando à redução desses limites.

- a elevação do número de alistados ocorrida a cada ano, tem gerado uma sobrecarga nas atividades das 5.328 JSM, principalmente nos grandes centros. Foram realizadas gestões, junto às Prefeituras, visando o fechamento de Juntas ineficientes e a criação de novas Juntas com uma melhor distribuição geográfica dos efetivos a se alistar.

- o congelamento do valor da taxa militar em R\$ 1,38, desde o ano 2.000, tem gerado uma arrecadação insuficiente ao crédito orçamentário previsto na LOA. Foi elaborado pelo MD um processo visando à atualização desse valor para R\$ 2,66, que se encontra na Casa Civil-PR.

### 3.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

#### 3.2.1 Objetivo

Quadro A.2.1 – Objetivo

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
<b>Descrição</b>	Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.		
<b>Código</b>	0547	<b>Órgão</b>	Ministério da Defesa
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa	<b>Código</b>	2058

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Alistar 7.198.400 pessoas para o Serviço Militar Obrigatório.	Pessoa alistada	7.198.400	2.113.126	4.259.357	59,17%

#### 3.2.1.1 Análise situacional

A meta de alistar 7.198.400 pessoas em 4 anos (2012 a 2015) para o Serviço Militar Obrigatório, corresponde, em média, a alistar 1.799.600 pessoas a cada ano. A meta prevista de 1.700.000 pessoas alistadas em 2013 foi ultrapassada, alcançando-se no mês de dezembro 2.113.126 pessoas alistadas, atingindo um percentual de 124,30%. A quantidade acumulada nos dois primeiros anos do PPA (2012/2013) perfaz um total de 4.259.357 pessoas alistadas, correspondendo a 59,17% da meta prevista para os quatro anos. Da análise exposta, estima-se que a meta seja ultrapassada na vigência do PPA.

#### 3.2.2 Ações

Quadro A.2.2 – Ações – OFSS

Identificação da Ação			
<b>Código</b>	2872		<b>Tipo:</b> Atividade
<b>Título</b>	Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório		
<b>Iniciativa</b>	Aperfeiçoamento e integração dos sistemas de serviço militar das Forças Armadas		
<b>Objetivo</b>	Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização <b>Código:</b> 0547		
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa	<b>Código:</b> 2058	<b>Tipo:</b>
<b>Unidade Orçamentária</b>	52903		
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria		
<b>Lei Orçamentária 2013</b>			

Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
8.528.020,00	8.528.020,00	6.659.628,40	4.315715,64	4.044.325,74	169,50	97.867,83
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Alistar 7.198.400 pessoas para o Serviço Militar Obrigatório.		Pessoa alistada	1.700.000	1.700.000	2.113.126	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor cancelado	Descrição da meta	Unidade de medida	Realizada	
2.491.419,48	2.357.057,59	- 43.613,26	Alistar 1.650.000	Pessoa alistada	2.146.231	

### 3.2.2.1 Análise situacional

No exercício de 2013, a dotação orçamentária inicial do FSM foi de R\$ 8.528.020,00, sendo empenhados no exercício R\$ 6.659.628,40, em função do contingenciamento imposto de R\$ 1.800.000,00, que limitou o orçamentário do Fundo em R\$ 6.728.020,00, o que não permitiu o empenho total dos recursos previstos na LOA.

Embora a meta quantitativa prevista de 1.700.000 pessoas alistadas tenha sido ultrapassada, atingindo 2.113.126 alistados, o contingenciamento no orçamento e a restrição de diárias e passagens gerou reflexos para o Serviço Militar, nos seguintes aspectos:

- **REDUÇÃO:** na composição das comissões de seleção volantes (CSV) destinadas à seleção de conscritos e de MFDV, em municípios fora de sede, bem como a diminuição do número de dias executados; no percentual de conscritos e de MFDV a serem submetidos à seleção, quando ocorre o cancelamento de CSV; na fiscalização dos Delegados Militares nas atividades das JSM e CSV em sua área de jurisdição; na qualidade do perfil a incorporar, em função da redução do universo a ser submetido à seleção.

- **DADOS ESTATÍSTICOS:** 5.328 JSM; 648 CSF (fixas); 74 CSV (volantes); 11 CSV deixaram de ser instauradas (15%); 309 Delegados de SM.

### 3.3 Informações sobre outros resultados da gestão

As atividades previstas no Plano de Gestão 2013 foram executadas conforme a seguir:

- Descentralização dos recursos orçamentários às Forças de acordo com os limites estabelecidos pelo Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças (DEORF) para o cumprimento das missões dos diversos órgãos de Serviço Militar.

- O FSM realizou as arrecadações das multas e da taxa militar por intermédio das seguintes instituições: Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF) e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), com as quais firmou um Acordo de Cooperação. Mensalmente essas instituições informaram os valores arrecadados e repassados ao Fundo, os quais foram confrontados com os valores constantes no SIAFI, não sendo constatada alteração. Informaram, mensalmente, os rendimentos de aplicações financeiras (Fonte 180) que foram apropriados no SIAFI.

- O FSM custeou a confecção dos impressos de utilização comum às Forças, tais como formulários da taxa militar e multas, certificados militares, PGC e caderno de atividades.

- Nas comunicações referentes às descentralizações do FSM, constaram orientações quanto à aplicação dos recursos destinados à manutenção do Sistema de Serviço Militar atendendo a finalidade prevista no art 68/LSM. Os gestores do FSM foram orientados quanto: ao pedido das necessidades das Forças; aos valores a serem descentralizados; detalhamentos necessários (UG, ND, objeto da aplicação); ao Relatório Detalhado da Despesa constando as NE.

- Os seguintes Termos Aditivos, referentes aos Acordos de Cooperação, foram assinados pela SESMIL em 2013: ECT – 2º Termo Aditivo nº 011 – DISEMI/COLIC/2012, referente ao AC nº 003/DISEMI- COLIC/2009, com vigência de 28 de abril de 2013 a 27 de abril de 2014. CEF – 2º Termo Aditivo nº 022 – SESMIL/COLIC/2012, referente ao AC 009/DISEMI, em 1º de junho de 2010, com vigência de 1º de junho de 2013 a 31 de maio de 2014.

- Não foi realizada a 1ª Reunião de Coordenação, prevista para o Rio de Janeiro - RJ, no período de 10 a 13 de abril de 2013. Foi acrescentada a recepção da comitiva do Chile, em visita oficial ao Brasil, realizada em Manaus - AM, de 14 a 18 de outubro de 2013.

- O indicador adotado no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) foi utilizado para o acompanhamento do desempenho da gestão FSM, conforme a seguir:

### Índice de Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório – IMSMO

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
<b>Identificação do Processo:</b>	(174) (175) (180) Mobilização para a Defesa Nacional.
<b>Identificador de: Eficácia</b>	
<b>Nome:</b> (Nome do indicador)	Índice de Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório.
<b>Mnemônico:</b> (Sigla do indicador)	IMSMO.
<b>Objetivo:</b> (O que o indicador irá medir)	Número de pessoas alistadas.
<b>Destino:</b> (quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHELOG e responsáveis pelo PO.
<b>Periodicidade:</b> (Intervalo de tempo de aplicação)	Anual.
<b>Fórmula de Obtenção:</b> (Unidade de medida correlacionadas)	IMSMO = número de pessoas alistadas dividido pela meta X 100
<b>Avaliação</b>	90% a 100% - Excelente; 80% a 89,99% - Muito Bom; 70% a 79,99% - Bom; 50% a 69,99% - Regular; e < 49,99% - Insuficiente.
<b>Dados de Entrada:</b> (Características a serem medidas)	Pessoas alistadas inseridas no Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar e Mobilização (SERMILMOB).
<b>Fonte:</b> (Local / pessoa que fornecerá os dados.)	Seção de Serviço Militar (SESMIL).
<b>Periodicidade de Coleta de Dados</b>	Anual.

## 4 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DE GESTÃO

### 4.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

#### QUADRO A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<b>Análise Crítica:</b> o OCI do MD tem exercido uma ação permanente sobre a administração do FSM. A gestão do FSM tem acatado as orientações da Ciset e colocado em prática sugestões apresentadas. Para o preenchimento do Quadro, reuniram-se o OD e o Gestor do FSM, adotando como metodologia a média dos valores apresentados em cada item.					

## 5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 5.1 Execução das despesas

#### 5.1.1 Programação

Quadro A.4.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária :Fundo do Serviço Militar		Código UO: 52903		UGO: 113413	
Origem dos Créditos Orçamentários		<b>Grupos de Despesa Correntes</b>			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>				6.928.020,00	
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>				
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			

		Créditos Cancelados			
<b>Outras Operações</b>					
		Dotação final 2013 (A)			6.928.020,00
		Dotação final 2012(B)			7.054.783,00
		Varição (A/B-1)*100			- 1,79
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		1.600.000,00			
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>				
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			
<b>Créditos Cancelados</b>					
<b>Outras Operações</b>					
		Dotação final 2013 (A)	1.600.000,00		
		Dotação final 2012(B)	1.633.333,00		
		Varição (A/B-1)*100	- 2,04		

### 5.1.1.1 Análise Crítica

Na execução orçamentária e financeira observa-se que em 2013 foi atribuído à UO 52903, em ODC, o montante de R\$ 6.928.020,00, valor menor comparado a 2012, cujo montante foi de R\$ 7.054.783,00, gerando uma variação negativa de 1,79 %. No tocante a investimentos, o montante atribuído em 2013 foi de R\$ 1.600.000,00. Em 2012, a dotação inicial foi de R\$ 1.100.000,00, ocorrendo, posteriormente, a abertura de crédito extraordinário (Med.Prov. 598, de 27 Dez 2012) que antecipou 1/3 das dotações de investimentos da LOA de 2013, permanecendo, no entanto, bloqueados para execução em 2012. Assim, ao se comparar os valores de investimentos, houve uma variação negativa de 2,04 de um ano para outro. No Grupo de Despesas Correntes, houve apenas despesas em ODC, e no grupo de despesa de capital, houve apenas despesas com investimentos.

### 5.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.4.2 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	113413	110404	52.903.05.122.80262872			193.982,11
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida
Concedidos						

Quadro A.4.3 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	113413	772001	52.903.05.122.80262872			684.628,07
		160509				3.577.357,35
		120002				938.087,84
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida
Concedidos	113413	772001	52.903.05.122.80262872	189.762,75		
		160509		928.593,33		
		120002		168.395,61		

### 5.1.3 Realização da Despesa

#### 5.1.3.1 Despesa por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Total

O Fundo do Serviço Militar não executa diretamente despesas. O Departamento de Administração Interna (DEADI/SEORI-MD) e os órgãos de serviço militar dos Comandos Militares realizam despesas com recursos do FSM. A seguir, tem-se as despesas correntes e as de capital, nos anos de 2012 e 2013, distribuídos por elemento de despesa.

Quadro A.4.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Fundo do Serviço Militar						Código UO: 52903		UGO: 113413	
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
<b>1. Despesas de Pessoal</b>									
1º elem de despesa									
2º elem de despesa									
Demais elem grupo									
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>									
1º elem de despesa									
2º elem de despesa									
Demais elem grupo									
<b>3. ODC</b>									
Outros serviços de terceiros - PJ	2.955.954,68	3.678.972,97	2.008.856,75	2.116.660,58	947.097,93	1.562.312,39	1.965.998,57	2.023.577,66	
Material de consumo	1.935.503,43	1.869.091,21	1.133.277,04	1.586.179,82	802.226,39	282.911,39	1.061.912,20	1.579.570,68	
Diárias de militar	316.641,32	396.543,41	316.641,32	395.458,64	0,00	1.084,77	314.391,05	395.283,39	
Demais elementos do grupo	164.787,28	116.071,97	144.455,89	100.419,54	20331,39	15.652,43	142.855,89	98.719,54	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
<b>4. Investimentos</b>									
Equip e material permanente	1.286.741,69	1.091.891,83	712.484,64	476.233,54	574.257,05	615.658,29	659.168,03	467.759,72	
2º elem de despesa									
3º elem de despesa									
Demais elem grupo									
<b>5. Inversões Financeiras</b>									
Elemento despesa									
<b>6. Amortização da Dívida</b>									
Elemento despesa									

Fonte: SIAFI

### 5.1.3.2 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Totais

Quadro A.4.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Fundo do Serviço Militar		Código UO: 52903		UGO: 113413	
Modalidade de Contratação		Despesa Liquidada		Despesa paga	
		2013	2012	2013	2012
<b>1.</b>	<b>Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>2.968.831,78</b>	<b>3.279.345,41</b>	<b>2.717.443,57</b>	<b>3.200.815,44</b>
	a) Convite				
	b) Tomada de Preços	38.787,28		38.787,28	
	c) Concorrência	17.514,61	49.995,44	17.514,61	24.996,07
	d) Pregão	2.912.529,89	3.229.349,97	2.661.141,68	3.175.819,37
	e) Concurso				
	f) Consulta				
	g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
<b>2.</b>	<b>Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>979.553,77</b>	<b>982.117,37</b>	<b>961.802,35</b>	<b>950.781,46</b>
	h) Dispensa	941.201,46	938.008,79	923.450,04	930.324,53
	i) Inexigibilidade	38.352,31	44.108,58	38.352,31	20.456,93
<b>3.</b>	<b>Regime de Execução Especial</b>	<b>32.848,57</b>	<b>9.267,05</b>	<b>32.848,57</b>	<b>9.267,05</b>
	j) Suprimento de Fundos	32.848,57	9.267,05	32.848,57	9.267,05
<b>4.</b>	<b>Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>329.311,32</b>	<b>405.307,06</b>	<b>327.061,05</b>	<b>404.047,04</b>
	k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
	l) Diárias	329.311,32	405.307,06	327.061,05	404.047,04
<b>5.</b>	<b>Outros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>6.</b>	<b>Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>4.310.545,40</b>	<b>4.676.036,89</b>	<b>4.039.155,54</b>	<b>4.564.910,99</b>

No tocante a despesas com Créditos de Movimentação, não houve, por parte do FSM, esse tipo de despesa no exercício de 2013.

### 5.1.3.3 Análise crítica da realização da despesa

O Fundo do Serviço Militar não realiza diretamente a despesa, porém repassa os recursos disponibilizados na LOA para as seguintes Unidades Orçamentárias, que por sua vez planejam e executam a despesa: no MD: Departamento de Administração Interna (DEADI-52101), e para os Comandos das Forças, por intermédio dos seguintes órgãos: na Marinha - Diretoria de Gestão Orçamentária da Marinha (DGOM-52131); no Exército - Secretaria de Economia e Finanças (SEF-52121); na Aeronáutica - Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA-52111).

No exercício de 2013, a LOA dotou o FSM dos seguintes valores: R\$ 6.928.020,00 (em despesas correntes) e R\$ 1.600.000,00 (em despesas de capital). No âmbito do MD, foi imposto um contingenciamento de R\$ 1.800.000,00, limitando o orçamentário do Fundo a R\$ 6.728.020,00, não permitindo o empenho total dos recursos previstos na LOA.

No entanto, para a obtenção do financeiro o Fundo depende da arrecadação de taxa e multas militares e rendimentos de aplicações financeiras, previstas na LSM. As Fontes utilizadas são: 174, 175 e 180. Para o cálculo das multas, toma-se por base o valor da taxa militar, atualmente congelado em R\$ 1,38. Em consequência, a arrecadação anual do financeiro tem sido insuficiente para atingir o valor orçamentário (créditos) disponibilizado na LOA.

A seguir, estão demonstrados os recursos do Fundo repassados ao DEADI e às Forças, em 2013. Os percentuais adotados foram proporcionais às atividades desenvolvidas pelas Forças visando a seleção dos efetivos a incorporar:

RECURSOS REPASSADOS EM 2013			
UG FAVORECIDAS		VALORES	PERCENTUAIS
DEADI	110404	193.982,11	2,27 %
MARINHA	772001	874.390,82	10,25 %
EXÉRCITO	160509	4.505.950,68	52,83 %
AERONÁUTICA	120002	1.106.483,45	12,97 %
Crédito não descentralizado		47.212,97	0,56 %

Recursos contingenciados	1.800.000,00	21,12 %
<b>LOA</b>	<b>8.528.020,00</b>	<b>100,00%</b>

Observa-se que R\$ 1.800.000,00 não foram descentralizados em decorrência do contingenciamento imposto ao FSM pelo MD. Tal fato não permitiu ao Fundo atender a todas as necessidades das Forças na área do SM.

No tocante aos limites impostos no cronograma de desembolso, um limite mensal de pagamento foi imposto ao Fundo, sendo o montante total distribuído ao longo do exercício financeiro. No entanto, esse limite mensal não gerou impacto na execução das ações do SM.

Referente à movimentação interna, ao DEADI foram repassados recursos (R\$ 193.982,11) para a aquisição de passagens e concessão de diárias, feitas por intermédio do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), do governo federal. As movimentações externas foram direcionadas aos Comandos das Forças, que repassaram às suas Diretorias de Serviço Militar (DPMM, DSM e DIRAP), totalizando R\$ 6.486.824,95.

O indicador institucional adotado na Ação 2872 refere-se ao número de pessoas alistadas. A previsão inicial constante da LOA 2013 foi de 1.700.000 jovens alistados, sendo que esta meta foi ultrapassada em 24,5%, alcançando 2.113.126 jovens alistados. No tocante a indicadores para medir o desempenho orçamentário e financeiro, não foram estabelecidos para o FSM.

## 5.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.6 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	2.477.619,27	2.347.592,01	- 32.159,43	97.867,83
2011	13.800,21	2.346,38	-11.453,83	-
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	110.014,13	110.041,13	-	-
2011	2.183,50	2.014,00	-	169,50

### 5.2.1 Análise Crítica

O FSM, por ter o financeiro atrelado à arrecadação dos Fundos 174, 175 e 180, adotou a estratégia de realizar a descentralização de créditos aos Comandos das Forças seguida da programação financeira, de maneira que a inscrição em RP tem o seu pagamento executado a cargo da Força que realizou a despesa. Assim, não se identificou impactos na gestão financeira do exercício de referência decorrente de pagamentos de RP realizados.

Pelo Quadro A.4.5, observa-se que houve permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro, ambos referentes a 2011, restando, apenas, R\$ 169,50 de RP Processado a pagar.

Quanto ao registro no SIAFI de RP de exercícios anteriores sem que sua vigência tenha sido prorrogada por decreto, não houve o registro desse evento.

Cita-se como evento positivo a Ordem Fragmentária expedida pelo Comandante do Exército as suas Organizações Militares que deveriam, na execução de exercício financeiro, ter os RP liquidados e pagos até o mês de agosto.

## 6 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 6.1 Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

Quadro A.5.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação Completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
<b>FUNDO DO SERVIÇO MILITAR</b>			<b>113413</b>
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>Brasília-DF</b>	<b>Data</b>	<b>17/02/2014</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>Noemia Silva Monteiro</b>	<b>CRC n.º</b>	<b>009784/0-9-DF</b>

## **7 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ**

Recomendações do controle interno:

1. Verificou-se que no Plano de Gestão adotado pelo FSM faltava a definição dos meios de controle e de avaliação.

Foram inseridos os procedimentos a serem adotados pelo MD e pelos Comandos de Força com vistas a melhorar os meios de controle e avaliação do FSM, tais como: informar UG que efetuará a despesa e o objeto da aplicação dos recursos; gerar relatório detalhado das despesas, informando o número das notas de empenho (NE) geradas.

2. Verificou-se a falta de critérios para classificar, com índices de prioridade, as atividades desenvolvidas durante o exercício.

Foram adotados os seguintes critérios de prioridade (Prio 1, 2 e 3): importância dos eventos ou atividades; eventos previstos a serem realizados a curto prazo (1º semestre); tipo de viagem (nacional ou internacional); e custo do evento ou atividade.

3. Verificou-se a falta de percentual de atingimento das metas e objetivos programados pelo FSM.

Foi elaborada uma proposta de portaria sobre a gestão dos recursos do FSM, NUP 60320.000735/2012, que normatiza os procedimentos a serem tomados quanto à elaboração do Plano de Trabalho e à prestação de contas dos recursos aplicados, que permitirá avaliar o atingimento das metas e objetivos programados.

## **8 CONCLUSÕES**

A meta prevista de 1.700.000 pessoas alistadas em 2013 foi ultrapassada, alcançando-se no mês de dezembro 2.113.126 pessoas alistadas, atingindo um percentual de 124,30%.

No tocante à meta do PPA 2012/2015, de alistar, em quatro anos, 7.198.400 pessoas para o Serviço Militar Obrigatório, nos dois primeiros anos acumulou 4.259.357 pessoas alistadas, correspondendo a um percentual de 59,17% do previsto no PPA.

O contingenciamento de R\$ 1.800.000,00, ocorrido no exercício, gerou restrições à execução e à fiscalização do processo de recrutamento previsto no Plano Geral de Convocação.

O congelamento da Taxa Militar em R\$ 1,38, desde o ano 2000, tem a cada ano reduzido a arrecadação do financeiro nas Fontes 174 e 175, não possibilitando a total utilização dos créditos disponíveis na LOA.

Entende-se que a aprovação do Plano de Trabalho, proposto na Portaria Normativa, permitirá que se exerça, em melhores condições, o controle interno da unidade.

Do exposto, mesmo com as limitações descritas, estima-se que a meta prevista seja ultrapassada na vigência do PPA 2012/2015.

Brasília, de abril de 2014

ANTONIO PAULO MACIEL – Cel  
Ordenador de Despesas do Fundo do Serviço Militar